

A MATERIALIZAÇÃO DA CULTURA NO ESPAÇO: OS CÓDIGOS CULTURAIS E OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO

Helena BRUM NETO¹

Meri Lourdes BEZZI²

Resumo

A cultura pressupõe todos os aspectos materiais e imateriais que permeiam um grupo social, guiando suas atitudes em relação aos seus semelhantes e ao meio em que vivem. Sendo que, a relação cultura-espaço pressupõe a existência de uma simbologia responsável pela sua identificação, via materialidade dos códigos culturais. Nesse sentido, esse estudo propõe algumas considerações pertinentes ao âmbito cultural, tendo como foco central a análise dos aspectos representativos da cultura. Sob o "olhar geográfico", privilegiou-se a simbologia responsável pela materialização e identificação da cultura no espaço. Para tanto, partiu-se da concepção de cultura para a Geografia, com reflexões pertinentes a essa temática na atualidade, principalmente, quanto ao seu uso pelo viés acadêmico e pelo senso comum. Desse modo, abordou-se, particularmente, os códigos culturais e a construção de identidades culturais, enfocando os principais fatores que atuam nesses dois processos inerentes a um grupo social específico. E, por fim, fez-se a relação cultura-código-identidade, na qual reside a base da representatividade da cultura.

Palavras-chave: Cultura. Códigos Culturais. Identidade Cultural. Simbologia.

Abstract

The materialization of the culture in the space: the cultural codes and the identification processes

The culture presupposes all the imaterial and material aspects that pervade a social group, guiding its attitudes in relation to its fellow creatures and its environment. This way, the relation culture-space presupposes the existence of a symbology responsible for its identification, through the materiality of the cultural codes. In this sense, this paper proposes some considerations pertinent to the cultural environment, having as central focus the analysis of the representative aspects of the culture. Under a "geographical look", the symbology responsible for the culture materialization and identification in space was privileged. For that, we started from the conception of culture for Geography, with considerations pertinent to this thematic in the present time, mainly, as to its use in the academic environment and in common sense. In this way, we approached, mainly, the cultural codes and the cultural identities construction, focusing the main factors that act in these two processes inherent to a specific cultural group. In the last stage, a culture-code-identity relation was made, in which it is the base of culture representation.

Key words: Culture. Cultural Codes. Cultural Identity. Symbology.

¹ Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGEO/CCNE/UFSM. Bolsista CAPES. southelen@bol.com.br.

² Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. Prof^a. Dr^a. do Depto. de Geociências NERA/CCNE/UFSM. meri@oslo.ccne.ufsm.br.

INTRODUÇÃO

A temática cultural, na atualidade, suscita acirrados debates acerca da conceitualização e dos processos de identificação, com ênfase para a construção/manutenção de identidades culturais. Os embates teóricos tem trilhado dois caminhos no que se refere à relação cultura-globalização: o primeiro direciona-se para a tendência da homogeneização e, o segundo para a afirmação da diversidade cultural existente no Globo.

Neste sentido, esse estudo propõe algumas considerações pertinentes ao âmbito cultural, tendo como foco central a análise dos aspectos representativos da cultura. Sob o “olhar geográfico”, privilegiou-se a simbologia responsável pela materialização e identificação da cultura no espaço.

Salienta-se que a Geografia, enquanto ciência, privilegia a inter-relação homem-natureza em todos os seus aspectos. E, a partir do momento em que agrega a cultura aos seus estudos, origina a Geografia Cultural, linha de pesquisa que considera a importância da cultura como orientadora das ações humanas na organização do espaço.

Desse modo, ao longo do caminho investigativo traçado pela Geografia, a cultura tem sido amplamente debatida. Inicialmente, na Alemanha (com Friedrich Ratzel- 1844-1904), na França (com Paul Vidal de La Blache- 1845-1918) e nos Estados Unidos (com Carl Sauer- 1889-1975) e, posteriormente, difundindo-se para vários países.

A cultura tornou-se, então, um conceito chave para a Geografia Cultural, capaz de explicar a relação que o homem estabelece com o seu meio e sua influência na materialidade do espaço. Neste sentido, Cosgrove (1998) diz que a cultura pode ser considerada como um conjunto de práticas comuns a um grupo social, composta de aspectos materiais e imateriais, sendo transmitida através de gerações.

A complexidade da atual concepção de cultura, aliando a imaterialidade aos estudos culturais teve como marco temporal o processo de renovação da Geografia Cultural, a partir do qual valorizou-se mais o significado e a subjetividade, ou seja, a essência cultural, o que não é visível, mas que também é responsável pela materialização da cultura no espaço.

Teve-se, então, como resultado da renovação, inúmeros caminhos a serem seguidos, visando contribuir para a análise da ação do homem sobre a superfície terrestre, tendo como base uma visão ampla a partir do momento em que se passou a considerar os aspectos materiais, dados pela técnica e imateriais, via crenças e valores.

Dessa forma, a cultura passa a ser concebida a partir de um ponto de vista, que segundo Wagner; Mikesell (2003, p.28):

[...] considera não mais indivíduos isolados ou quaisquer características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo, além de numerosas características de crença e comportamento comuns aos membros de tais comunidades.

No entanto, há que se ressaltar que, atualmente, este conceito tem sido utilizado de forma incorreta, tanto no meio acadêmico, quanto pela população em geral. Atribui-se à noção de cultura uma linguagem cotidiana de senso comum, que explicaria a presença ou ausência de conhecimento e educação das pessoas. Tem-se como exemplo prático desta afirmação a falta de conservação do meio-ambiente ou do patrimônio público. Justificam-se os danos através da “falta de cultura” da população envolvida.

Embora as convenções variem, nenhuma cultura, em sua essência, prevê a falta de educação ou prega depredação de um patrimônio público ou privado. A cultura é algo mais complexo, são crenças e valores enraizados no seio de uma comunidade que a produz e a cultua, transmitindo-a através das gerações, procurando, dessa forma, realimentá-la, ou seja, não deixa-la desaparecer.

Pode-se dizer então que a cultura constitui-se de ensinamentos que, na individualidade, podem variar ou sofrer algumas distorções, pois a percepção é única, mas na coletividade tende a seguir um padrão, ou seja, a cultura é individual e coletiva ao mesmo tempo como enfatiza Claval (1999) quando diz que as experiências e os gostos variam em cada pessoa, mas os valores e as crenças tendem a impor formas comuns para um grupo social que tem como matriz uma cultura comum.

Na concepção de Claval (1999), a cultura é concebida segundo alguns critérios, dentre os quais destacam-se: (a) É a mediação entre o homem e a natureza; (b) É a herança, resultado de um jogo de comunicação; (c) Permite aos indivíduos e aos grupos se projetarem no futuro; (d) É feita por palavras, articuladas por discursos e realizada na representação; (e) É um fator essencial de diferenciação social; (f) A paisagem é o objeto de trabalho da geografia cultural, através da marca cultural.

Nesse contexto, infere-se que a cultura permeia a comunidade étnica na qual foi concebida, orientando suas ações e relações com o espaço, materializando neste suas particularidades, suas singularidades responsáveis pela individualidade dos lugares. Salienta-se que estas características pressupõem símbolos comuns, funcionando como mecanismos de reconhecimento entre os membros de um mesmo grupo social, ao mesmo tempo em que os diferenciam dos demais.

Estes símbolos segundo Claval (1999), denominam-se códigos culturais e englobam desde a linguagem até as convenções mais particulares de cada cultura. De certo modo, permitem a sobrevivência de um grupo cultural e têm como resultado a organização de um espaço que se torna característico via materialização dos códigos que compõem esta cultura.

Ressalta-se que, para uma cultura sobreviver e se manter expressiva é necessário que seja vivenciada por uma comunidade e que esta se mantenha unida numa base espacial. O espaço passa a ser composto por códigos distintivos que denunciam a origem étnica da ação humana que o modificou, e que, por sua vez, são repletos de paisagens culturais, as quais tornam a cultura visível no espaço, através da expressão da sua materialidade.

Desse modo, salienta-se que o entendimento do *que é cultura* permitiu que se partissem para questões atreladas a essa esfera, principalmente a visibilidade da cultura, ou seja, a sua materialização no espaço via códigos culturais. A decodificação da cultura pressupõe sua análise em partes, onde cada código é visto separadamente, como um aspecto representativo da cultura, mas em conjunto, os códigos respondem a sua totalidade: O que é a cultura? Como ela é? De que forma ela se manifesta? Quais são as suas principais características distintivas?

É no processo de identificação de um grupo social que alguns códigos se sobressaem perante os outros, caracterizando determinada cultura e, assim, originando sua identidade cultural. Na prática, o que se percebe, atualmente, é uma intensa reivindicação de identidades culturais, como forma de se sobressair do padrão global. Como resultado, tem-se a valorização do local, do singular, das diferenças. Mas, o que é identidade cultural? Por que elas existem? Qual a sua relação com a cultura? A identidade é fixa ou vivemos um processo de identificação? Esses são alguns questionamentos pertinentes à questão cultural ressaltados nesse artigo, como forma de expor idéias desenvolvidas a respeito dessa temática.

Considerando, também, o atual estágio evolutivo das sociedades, pode-se dizer que a relação cultura-globalização tem acarretado inúmeros debates no que se refere às implicações dessa combinação, principalmente, nos códigos e na identidade cultural. Há necessidade de se associar a teoria à prática, para que possamos compreender a dinâmica globalizante e suas conseqüências para os grupos sociais, cuja cultura permanece como um traço marcante. Dos dois caminhos sugeridos pelos diversos autores que tratam dessa temática, um tem se sobressaído: a valorização das singularidades, ou seja, da originalidade da cultura.

No entanto, sabe-se que muitos grupos sociais têm apresentado significativas transformações em alguns códigos culturais, reforçando a idéia de homogeneização dos costumes. Ou seria, possivelmente, uma adaptação natural da cultura, como um ajuste, parte da dinâmica natural evolutiva de um grupo social?

O tripé cultura-código-identidade, se analisado sob a ótica evolutiva do homem, em que nada é inerte para sempre, responde aos questionamentos propostos, pois deve-se pensar na cultura como algo em constante evolução. Ela consiste numa busca ao aperfeiçoamento em virtude da adaptação à realidade que se propõe constantemente aos grupos sociais. Portanto, deve-se falar em processos de codificação e de identificação, como forma de representação cultural em constante dinâmica.

Tal situação deve-se, basicamente, ao homem, um ser cultural que torna a relação sociedade-natureza bastante complexa, uma vez que propõe inúmeras formas de organização do espaço de acordo com suas crenças. Desse modo, a cultura de determinados grupos sociais torna-se essencial para entender a diversidade de paisagens existentes em escala mundial. Pois, essas são combinações únicas no tempo e no espaço, que originaram formas singulares, as quais servem como testemunho da evolução cultural de um povo em um dado momento da história.

A SIMBOLOGIA DA CULTURA: OS CÓDIGOS CULTURAIS

A essência cultural que orienta as atitudes e ações de um grupo social materializa-se no espaço mediada por códigos específicos. Há toda uma simbologia representada nas formas, cada qual com significado próprio.

Desse modo, os códigos culturais constituem-se na simbologia responsável pela visibilidade da cultura e, também, pela sua transmissão. Encontram-se impressos nas diferentes paisagens, através do estilo das casas, vestuário típico, arte, gastronomia, música, religiosidade e festividades. Além desses, existem outros códigos que, embora não sejam visíveis, também são responsáveis pela materialização da cultura no espaço, como aportes culturais, com destaque para os valores, ideologias e convenções. Neste processo de codificação cultural, salienta-se a comunicação, oral e escrita, como um dos códigos essenciais para transmissão e projeção da cultura no tempo e no espaço.

Pode-se dizer então que a comunicação constitui-se no modo como um grupo social utiliza-se da linguagem como um instrumento de comunicação direto, distinto dos outros códigos, constituindo-se no "fio condutor" que identifica uma cultura. De acordo com Cuche (2002), a língua estabelece uma relação de estreita interdependência com a cultura, pois funciona como um transmissor cultural, ao mesmo tempo em que é originada e orientada pela cultura.

Justifica-se tal afirmação por ser a linguagem um produto da cultura, constituindo-se em um dos seus principais elementos representativos. A língua falada é, em geral, uniforme na sua essência, variando apenas o vocabulário e o sotaque regional, configurando-se no que comumente se designa de dialetos. Já, a língua escrita, embora também agregue as "expressões regionais" no processo comunicativo, tende a seguir um padrão mais formal e homogêneo, se concretizando como um forma típica de expressão cultural em determinados recortes espaciais, constituindo uma diversidade cultural que é imposta por grupos étnicos distintos.

Como exemplo, têm-se no Brasil distinções regionais que guardam particularidades no que se refere à linguagem, dentre as quais se destacam a região Sul, principalmente o Rio Grande do Sul e a região Nordeste. Esses recortes regionais manifestam através da língua falada o regionalismo, demonstrado, principalmente, nos "sotaques" característicos e, tam-

bém, na diversidade de palavras que compõe a cultura regional. Tais particularidades demonstram a diversidade cultural brasileira.

Nas diversas porções do espaço brasileiro, o português é a língua oficial, mas há uma intensa variação de expressões típicas e de sotaque que individualizam estes recortes espaciais. Tal distinção é oriunda da combinação cultura-espaço-tempo, responsável pela formação dessas regiões.

Pode-se inferir que todos se reconhecem a partir da "identidade brasileira", no entanto, desenvolveram particularidades em virtude de um complexo sistema de códigos inseridos mediante sua colonização por culturas diferentes: a portuguesa e africana no nordeste e, a portuguesa, alemã e italiana no sul.

Assim, desenvolveram-se dialetos capazes de expressar as singularidades culturais regionais que, ao mesmo tempo em que refletem as diferenças, também são partes constituintes de um todo maior, a Nação. Pois, como enfatiza Cucho (2002), mesmo no interior de uma Nação existe um certo pluralismo cultural, representativo da diversidade que compõe o Estado-Nação, mesmo que reivindique uma identidade nacional, para que possa ser reconhecido.

A linguagem é constituída, segundo Marques et al (1995, p. 24), por "[...] diversas formas, dentre as quais se destacam: gírias, calão, frases feitas, ditos, eufemismos, apelidos, gestos, etc". A *gíria* é uma denominação de vocábulos e expressões próprias de certos grupos, cuja utilização é transitória, pois se modifica com rapidez, caracterizando modismos de linguagem. O *calão* configura-se como uma linguagem caracterizada por termos grosseiros e rudes. As *frases feitas* são expressões consagradas pelo uso. Já os *ditos* são, em geral, reflexos da sabedoria popular, cunhados pela percepção de algum fenômeno. Os *apelidos* denotam uma outra forma para denominar algo ou uma pessoa, é uma alcunha que, às vezes tem significado pejorativo. Já o *eufemismo* caracteriza a substituição de palavras mais formais e com sentido mais apurado por outras cujo entendimento é mais fácil. (MARQUES et al, 1995)

Por conseguinte, estas formas denotam características culturais que nem sempre são expressas na linguagem formal, pois, muitas vezes, referem-se a um modo espontâneo de caracterizar algo e se comunicar. São transmitidas através das gerações como um fator de transmissão cultural. Em contrapartida, a linguagem escrita, segundo Claval (1999), preserva o passado sem depender da memória dos indivíduos. No entanto, não é acessível a todos, pois configura-se como um fator limitante para o acesso à cultura, pois pressupõe a alfabetização.

A linguagem permite, portanto, descrever e transmitir os demais códigos e "contar" como é a cultura. Todas essas formas de comunicação servem para manter a cultura através da inter-relação entre os indivíduos que a compõe e, também, para mantê-la e projetá-la no futuro. Segundo Attallah (1989), apud Claval (1999), a transmissão dos códigos de comunicação implica em eficazes sistemas de comunicação. E, a compreensão deste sistema significa decifrar os códigos de uma cultura, interpretá-la e entendê-la. A linguagem permite, então, "descrever" os demais códigos, isto é, "contar" como é a cultura.

Os aspectos imateriais que norteiam a cultura guiam as escolhas e as atitudes de um grupo social, principalmente no que se refere aos valores, ideologias e convenções. São normas que regem a conduta, ou seja, tudo aquilo em que se acredita.

Desse modo, os valores podem ser considerados como crenças e normas abstratas de comportamento, geralmente de domínio da religião e da metafísica. As ideologias são construções laicas e racionais que fornecem sentido à história e garantem a ordem social dos povos. (CLAVAL, 1999).

Estes códigos referem-se, basicamente, a um sistema de idéias que orientam comportamentos. De maneira geral, os valores ressaltam o que é importante moralmente para o grupo social, orientando suas ações quanto aos costumes e deveres.

As ideologias constituem idéias baseadas em convicções. Na concepção de Claval (1999), as ideologias levam, geralmente, às paixões e bloqueios. Também constituindo um importante código cultural, as convenções são cunhadas no interior de uma cultura, orientando questões relativas ao respeito, responsabilidade e autoridade.

Resgata-se novamente Claval (1999, p.82) quando o autor diz que “As categorias sociais nos são familiares porque são conformes às convenções e às normas de nossa cultura, mas não são universais”, ou seja, a diversidade de culturas corresponde a uma diversidade de categorias.

As convenções variam de acordo com a cultura, pois o que é significativo, em termos de preceitos, por um grupo social não o é para outro. São níveis de significação distintos, construídos por sistemas sociais oriundos de uma combinação única de cultura-tempo. E, portanto, variáveis, pois o que se configura como regra na atualidade pode não ser num futuro próximo. É a dinâmica evolutiva social na escala temporal.

Os aspectos imateriais da cultura são, geralmente, subjetivos. Mas, não menos importantes do que os materiais, pois são diretamente relacionados a estes. Toda a ação do homem, em relação aos seus semelhantes e ao meio em que ele vive, parte de um comando mental, o qual segue o direcionamento indicado pelos valores e crenças, ou seja, “[...] tudo aquilo em que acreditamos”.

No interior de um grupo cultural, as ações são guiadas por um sistema de valores, ideologias e crenças que tendem a seguir um padrão comum aos seus membros. Tem-se, com isso, certa homogeneidade nas práticas sociais e a materialização passa a representar a cultura a partir das crenças comuns.

Além dos códigos imateriais, salienta-se também a representatividade da cultura via códigos materiais, compostos por um sistema simbólico que guarda as características do grupo social que os originou e são dotados de formas particulares que denunciam a origem étnica que os moldou.

Para o estilo da casa têm-se traços e formatos característicos bem como disposição e organização dos cômodos, os quais atestam as preferências e a funcionalidade do “lar”. Além disso, o entorno da casa é um importante ponto de análise, a partir da organização deste espaço. A relação cultura-espaço exerce influência direta neste código cultural, pois requer formas específicas de acordo com os elementos naturais que atuam sobre determinados locais. Sabe-se, por exemplo, que os imigrantes europeus que vieram colonizar o Rio Grande do Sul, principalmente os alemães e italianos, reproduziram construções semelhantes às dos seus países de origem, com arquitetura em estilo enxaimel. Esse estilo foi projetado para clima frio, com freqüente ocorrência de neve, pois a inclinação acentuada da meia-água não permitia a acumulação do gelo. Sabe-se que no Rio Grande do Sul a ocorrência de neve é um fenômeno raro, pressupondo-se que houve alterações quanto a esse código cultural, uma vez que as habitações procuraram, ao longo do tempo, adequar-se ao meio, embora guardem alguns traços típicos.

Neste caso, a necessidade de adaptação e a disponibilidade de material são fatores importantes para o processo de alteração de um código, pois segundo Claval (1999), os materiais mudam de um lugar para o outro.

Há de se considerar, também, as condições socioeconômicas para a reprodução desse código cultural, uma vez que, nem sempre são favoráveis. Quando os imigrantes adentraram no Rio Grande do Sul, como colonos, receberam pequenos lotes de terra para cultivar, tendo inclusive que derrubar a mata para construir a primeira casa, um abrigo bastante primitivo, que segundo Roche (1969), denominava-se de choupana. A partir disso, as construções foram evoluindo de acordo com a disponibilidade de materiais e de técnicas, até conseguirem reproduzir as habitações características da sua cultura. Obviamente, com adaptações as condições naturais do Estado gaúcho.

Tal afirmação enquadra-se também para o vestuário, que deve ser adequado às características físicas do espaço e também serem funcionais. As características da vestimenta estão atreladas a questões sociais, culturais e mesmo por necessidade, pois de acordo com a ocasião utiliza-se o traje mais adequado. O vestuário é um código cultural que se modifica constantemente ao longo da evolução histórica das sociedades, principalmente, em virtude das concepções morais dos grupos sociais e, mais atualmente, pelos ditames da moda. Em geral, os “trajes típicos” fazem parte do folclore das culturas, pois na atualidade há certa homogeneização deste código cultural. No entanto, cada peça é desenvolvida de acordo com as crenças, os valores e as ideologias culturais, dotados de simbologia própria.

São peças, cores e formas repletas de significados para o grupo social. Em geral, representam os valores e as convenções da cultura em relação, também, ao meio onde vivem. Como exemplo, cita-se os muçulmanos, onde o xador e a burca representam o respeito e a sobriedade para as mulheres.

A *burqa* ou burca é uma versão radical do xador. É uma veste feminina que cobre todo o corpo, até mesmo o rosto e os olhos, usado principalmente no Afeganistão. Enquanto o xador é uma veste feminina que cobre o corpo, mas não os olhos e é usada na maior parte dos países islâmicos. Tais indumentárias são alternativas para obedecer a uma regra do Alcorão que determina que as mulheres se vistam de forma adequada a não atrair a atenção dos homens. (WIKIPEDIA, 2007). E, por isso, a necessidade de esconder o corpo. É um código essencialmente atrelado à religião que, no caso do Islã, consiste num código cultural fundamental para reger a conduta moral dos seus membros.

Outro código cultural a ser destacado é a música. Esta privilegia o que é importante para a cultura e, muitas vezes, reporta-se ao passado e às origens. Tem-se, neste código, uma forma de expressão cultural que geralmente resgata os valores históricos e a descrição da paisagem onde vive determinado grupo social. Há um significado simbólico nas canções que servem de inspiração e refúgio para as distintas culturas.

Através da musicalidade, podem ser descritos os aspectos sociais, naturais e sentimentais relevantes para uma determinada cultura, caracterizando-a em versos. Em geral, está presente no cotidiano dos indivíduos sob forma de celebração e nas festividades. Portanto, a música constitui-se em um código que promove a unidade social/cultural de forma expressiva e tem o “poder” de unir grupos culturais e permitir que sua identidade cultural seja reconhecida, ou seja, demonstra sua particularidade frente a outros grupos étnicos. Citam-se, como exemplo, as músicas típicas dos imigrantes alemães e italianos, da cultura gaúcha de uma forma geral, entre outros e que são resgatados em festividades específicas para estas culturas.

A religião pode ser considerada outro código cultural que expressa as crenças de um povo. Na concepção de Claval (1999, p115) “[...] partilhar as mesmas crenças religiosas ou metafísicas e participar dos mesmos ritos que reúnem os crentes constituem cimentos sociais muito sólidos”.

Deste modo, pode-se considerar a religião como um fator de unidade cultural, a partir da crença comum. Têm-se as mesmas convicções e partilha-se dos mesmos rituais do nascimento até a morte dos indivíduos que compõem o grupo social. Os rituais variam de acordo com a cultura, pois as crenças diferem. Geralmente a religiosidade serve como orientadora de condutas e ações coletivas, configurando um padrão a ser seguido.

Também considerado um fator de coesão social, as festividades são manifestações populares de exaltação. De acordo com Marques et al (1995), este código tem sua origem atrelada aos meios de trabalho, como agradecimento à natureza e às divindades em relação à produção agrícola. Posteriormente, outros elementos associaram-se à festa, como entidades sobrenaturais, padroeiros, dentre outros.

Portanto, as festividades constituem-se num código cultural peculiar, cuja variabilidade depende da cultura em si, pois exalta os aspectos mais importantes a ponto de serem

celebrados. Tendo em vista a finalidade da comemoração, segue-se todo um cerimonial, geralmente, aliando discursos, música, dança, comida e até mesmo, fantasias, ou seja, as festividades típicas de cada grupo cultural exaltam as datas mais importantes para a sua cultura e refletem os códigos culturais representativos para o processo de identificação que permite que seus membros se reconheçam e sejam reconhecidos pelos demais grupos sociais.

Dentre as festividades mais conhecidas tem-se o natal, ano-novo, carnaval, festas juninas, lúdicas e ritos, além daquelas referentes às datas comemorativas de valor histórico para determinado grupo social. Cada cultura é responsável pela organização destas, pois os “valores” diferem baseados nas crenças.

Tendo como base os códigos que compõem um grupo cultural, percebe-se que cada aspecto deste está atrelado a uma simbologia, dotada de significados, que, se analisados em conjunto, representam a cultura como um todo, caracterizando-a e identificando-a.

Cada código constitui uma parte (aspecto) que compõem o todo, ou seja, em conjunto representa a cultura. Esses aspectos apresentam íntima relação entre si, principalmente, os imateriais com os materiais, uma vez que, as crenças e os valores guiam as atitudes e ações dos membros do grupo social. De acordo com a manifestação cultural relativa a intensidade, extensão e expressividade dos códigos têm-se as dimensões culturais do espaço: área cultural, paisagem cultural, região cultural e território cultural. Essas constituem diferentes escalas de abordagem para análise da manifestação da cultura no espaço, em partes, de acordo com um código cultural específico, ou no todo, considerando o conjunto de códigos que formam a cultura.

Partilhar os mesmos códigos pressupõe assumir uma identidade comum, que segundo Claval (1999) orienta procedimentos de regulação social que asseguram a sobrevivência e reprodução do grupo social.

Os códigos culturais configuram-se como convenções simbólicas partilhadas por uma mesma comunidade social. E são, responsáveis pela sua identificação, salientando as diferenças, uma vez que cada grupo cultural é permeado por um sistema simbólico de representação particular, que vão se (re)construindo no constante processo evolutivo das sociedades.

Nesta linha de pensamento Woodward (2000, p.41), assinala que “[...] a cultura consiste num sistema partilhado de significações que permitem a uma comunidade classificar e manter a ordem social”.

A cultura, mediada pelos códigos é representada e materializada no espaço, originando formas típicas, passíveis de reconhecimento pelos demais grupos sociais. Decifrar e interpretar os códigos significa entender a dinâmica da cultura em questão, os valores e crenças que orientam suas atitudes e ações. Estas, por sua vez, são repetidas maquinalmente como um padrão orientador comum.

Concordando com esse processo Claval (1999, p.81) diz que “[...] cada cultura caracteriza-se por um sistema original de representações e de construções intelectuais onde recebe-se de nosso entorno um sistema hierarquizado de preferências e valores.”

Embora a percepção seja individual, essa guarda, ainda, formas específicas de agir em determinadas situações. Os códigos, são passados de geração em geração como ensinamentos. Porém, estes não são fixos no tempo e no espaço, pois as formas e as funções podem mudar de acordo com a dinâmica cultural.

Qualquer alteração nos códigos demonstra que houve transferências de hábito e/ou comportamento e, por conseguinte, denotam a evolução de um complexo sistema cultural composto por inúmeros códigos que, transformam-se para adequar-se as novas realidades.

No caso específico das migrações, o novo ambiente requer do grupo social algumas adaptações, as quais geram mudanças de hábito. A inovação emerge, geralmente, diante

das dificuldades, como medida eficaz para resolução dos problemas. É como se fosse uma imposição natural para o ajuste cultural, para que o grupo social possa adaptar-se ao novo espaço.

Salientando o caráter dinâmico e transformador das culturas, Claval (1999, p. 87) afirma que “As culturas mostram-se freqüentemente com um nível elevado de plasticidade: nada pode frear a incorporação de elementos novos quando são apresentados como substitutos ou complementares dos já existentes”.

De maneira geral, não há rompimentos bruscos e sim uma substituição de alguns códigos que permitem ao grupo social manter-se unido culturalmente ao longo do tempo e do espaço. A dinâmica socioespacial exerce, então, forte influência na construção e manutenção dos códigos culturais, acarretando transformações visando sua (re)adaptação às novas realidades que se configuram.

Neste contexto, percebe-se que há uma estreita inter-relação entre cultura-identidade-código, uma vez que esta associação permite ao grupo social identificar-se e ser identificado pelos demais, mediante a formação e materialização de características culturais singulares, emanadas por uma cultura.

A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES CULTURAIS

A cultura consiste, basicamente, em um conjunto de crenças e valores que orientam as ações de um determinado grupo social, a partir de sistemas simbólicos que o tornam distinto dos demais, conferindo-lhe características singulares. Estas, por sua vez, definem o grupo social através do contraste, originando a identidade cultural.

Para Silva (2000, p.89), “A identidade é um significado cultural e socialmente atribuído”. A identificação pressupõe uma prévia caracterização que se atribui ao que é semelhante, ao mesmo tempo em que permite distinguir o que é diferente.

O vínculo estabelecido entre cultura e identidade cultural permite relacionar estes dois conceitos, partindo do princípio de que a cultura consiste na “essência”, na “natureza” de um grupo social, enquanto que a identidade cultural pressupõe uma classificação, um sentimento de pertencer ou não pertencer ao grupo cultural.

Verifica-se, portanto, que embora estejam relacionados, estes conceitos apresentam distinções, que na concepção de Cuche (2002, p. 176), referem-se ao fato de que:

[...] a cultura pode existir sem consciência da identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas.

Neste sentido, a identidade existe em função da cultura, como um produto resultante, capaz de exprimir suas características distintivas mais marcantes, atribuindo “valores culturais” aos códigos considerados mais significativos, que se sobressaem em relação aos demais códigos culturais que compõem a cultura de um grupo social. A cultura existe, a identidade classifica, pois, a partir desta, ocorre a inclusão ou exclusão do grupo social.

Assim, a identidade cultural serve como distinção entre os grupos, baseada na diferença. É o resultado da relação entre um grupo social e sua base espacial, através do

estabelecimento de vínculos. Para Cuche (2002), não existe identidade em si, nem para si própria, mas sempre em relação a outra, acompanhando a diferença.

Identidade e diferença não são sinônimos, apenas mantém uma relação de dependência. Pois a identidade define "o que se é" a partir de características comuns partilhadas por um mesmo grupo, ou seja, "nós somos assim". Enquanto que a diferença define "o que os outros são", a partir de características totalmente distintas.

No âmbito cultural, a identidade só existe devido a grande diversidade de culturas que compõem o globo, como forma de individualizá-las, isto é, identificar cada uma mediante códigos ou símbolos específicos.

Nesta linha de pensamento, Claval (1999, p. 98), afirma que "O grupo define a si mesmo por contraste e por exclusão: nós não temos outra possibilidade de dizer *nós* a não ser pelo fato de formarmos uma coletividade que se opõe à massa dos outros".

Salienta-se também que a identidade cultural é essencial para a manutenção de um grupo social, uma vez que lhe confere legitimidade perante os demais, permitindo que se identifique e seja identificado.

Tal situação pressupõe um "limite", no sentido de fronteira, que separa comunidades culturais distintas, a fim de que se possa identificá-las, mediante o uso de determinados códigos culturais que delimitam suas identidades.

No entanto, para se estabelecer as fronteiras da identidade deve-se, primeiramente, realizar uma diferenciação, a fim de classificar o que pertence ou não à mesma. Relativo a essa questão, Barth (1969), apud Cuche (2002, p. 200), enfatiza que "[...] no processo de identificação o principal é a vontade de marcar limites entre *eles* e *nós* e logo, de estabelecer e manter o que chamamos de fronteira".

O limite origina-se a partir da diferenciação, dada via uso de códigos culturais marcadores de uma identidade específica, sendo que nem sempre se utilizam todos os códigos. Geralmente, resgatam-se os mais expressivos, ou seja, aqueles capazes de demonstrar a "marca" cultural. Salienta-se, também, que esse limite está sujeito às transformações impostas pela relação dinâmica que as sociedades mantêm entre si e com seu espaço. O que muitas vezes, ocasiona variação de identidade, agregando ou suprimindo elementos.

Em si, o processo de construção de identidades culturais evoca a origem e a história evolutiva do grupo social, onde determinados traços culturais se consolidam e passam a servir de "marca", distinguindo-o e caracterizando-o perante os demais.

Neste sentido, Woodward (2000) diz que as identidades são construídas em momentos particulares no tempo, podendo evocar tanto o passado, através das origens, mitologias e fronteiras, quanto o presente, via contestação e justificativa de alguns códigos culturais.

De modo geral, a identidade se origina a partir dos códigos que identificam a cultura e, portanto, são determinantes. Estabelecidos os códigos e construída a identidade, esta inicia um processo de consolidação ao longo do tempo, onde seus códigos serão permanentemente testados. Assim, estes podem permanecer, caso sejam "sólidos" o suficiente, ou desaparecer, caso mostrem-se frágeis. Podem também ser substituídos por outros, ou mesmo agregarem novos elementos e sofrerem uma reformulação.

Como exemplo disso, têm-se as nações que experimentaram processos de ocupação e povoamento semelhantes, mas que desenvolveram identidades culturais distintas, assentadas em diferentes bases socioespaciais.

Cada etnia que compõem essas nações, contribuiu para a construção da identidade nacional com algum código específico. Entretanto, isso não quer dizer que toda a nação seja homogênea culturalmente, pelo contrário, a heterogeneidade permeia o espaço geográfico e lhe confere distintas organizações espaciais, resultantes da diversidade cultural.

O Estado procura definir uma identidade que o caracterize perante os demais, uma referência, embora admita que haja certo pluralismo no interior de sua nação. (CUCHE, 2002).

É esse pluralismo que o torna “rico” culturalmente, pois demonstra a coexistência da diversidade formando a unidade nacional. Os imigrantes mantêm muitos traços da sua cultura de origem, mas também agregam novos códigos, fruto de processo evolutivo natural. Surgem comunidades com culturas diversificadas, com identidades plurais, originando um mosaico étno-cultural, que não pode ser atribuído a uma única origem étnica.

Outro aspecto importante quanto à identidade é afirmado por Claval (1999, p. 98), quando ele enfatiza que:

A identidade é de uma só vez individual e coletiva. As atitudes, os gostos e a experiência variam em cada pessoa, mas a interiorização que torna consciente, no decorrer da adolescência, os valores a respeitar, tende a impor uma mesma forma à imagem que se faz de si mesmo. Em certas culturas, a vontade de se realizar plenamente é valorizada. Mas de tanto querer a si próprio, arrisca-se a esquecer as prescrições que a vida coletiva exige.

As atitudes e os valores podem mudar em cada pessoa, pois referem-se à percepção, e esta é individual, pois valoriza a experiência pessoal, isto é, como se percebe e sente os acontecimentos de forma geral. Entretanto, a partir da vivência de um estilo de vida, os membros de um grupo social tendem a seguir um padrão comum (coletivo).

Assim, cada indivíduo que compõe um grupo social recebe a “carga cultural” de forma particular, ao mesmo tempo em que a vive e a desenvolve coletivamente, através da interação com os demais membros da sua comunidade cultural, como uma herança cultural.

No que diz respeito a essa vertente teórica, Woodward (2000, p.10) ressalta que “[...] a construção da identidade é tanto simbólica quanto social”. Portanto, os códigos comuns que permeiam uma cultura são interiorizados por um grupo social, o qual os vivencia e cultua, via relações sociais.

E, justamente por ser social, a cultura e, conseqüentemente, a identidade, não podem ser consideradas como fixas. Tal fato deve-se, principalmente, à dinâmica das relações sociais mantidas entre os homens, enquanto seres culturais e seu espaço, onde se dá a vivência da identidade.

Procurando explicitar a dinâmica do processo de identificação, Hall (1997, p. 42) enfatiza seu caráter evolutivo quando diz que:

[...] a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento [...] em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento.

A identidade é adquirida pela vivência de uma cultura comum e não hereditariamente. Cabe ao indivíduo (re) construí-la a cada geração, mediante aceitação, exclusão ou (re)formulação de alguns traços específicos responsáveis pela sua identificação. Como esse processo é dinâmico, sofre influência de significativos acontecimentos, que abrangem as diversas escalas: global, regional e local. E, portanto, exercem influência mesmo em culturas mais isoladas e que abrangem os menores grupos sociais.

Dentre esses acontecimentos, destaca-se a globalização, por acarretar grandes transformações socioeconômicas e culturais e, principalmente, por colocar em evidência as diferenças. A globalização pode ser considerada um processo atuante em escala global, permitindo transpor fronteiras nacionais, integrar e conectar comunidades e organizá-las em novas combinações de espaço-tempo, isto é, interconectar o mundo. (HALL, 1997).

Particularmente, esse processo exerce influência sobre a esfera cultural, com efeitos diversos sobre a questão da identidade. Colocou em evidência as culturas e as diferenças entre estas, ao mesmo tempo em que se propõe a massificação da cultura pela mídia em geral.

Há uma intensa reivindicação de identidades como forma de procurar diferenciar-se deste padrão homogêneo. A busca pela originalidade tem gerado uma confusão conceitual provocada pelo que Cuche (2002) denomina de “modismos”. Para o autor, a problemática está centrada no desejo de se entender cultura em tudo e, por conseqüência, de encontrar a identidade. Concebem-se crises de cultura como crises de identidade.

No entanto, para se ter uma identidade cultural é necessário pertencer a uma cultura, pois se considera a identidade como parte desta, tem origem “no que nós somos”. A cultura é mais ampla, diz respeito a essência e a identidade retrata esta cultura.

De maneira geral, os atuais debates relativos à questão cultural discutem as implicações do processo de globalização na cultura e na identidade, principalmente quanto a sua homogeneização ou à afirmação da diversidade.

A posição de homogeneização assenta-se na idéia de “aldeia global”, com ênfase para a interdependência, onde as identidades culturais mais “fortes” suplantariam as mais “fracas”, devido ao poder de influência. Assim, seriam englobadas, fazendo parte de um conjunto cultural maior e mais homogêneo.

Não se trata de uma simples substituição de códigos entre culturas. Mas, da assimilação das influências externas que pode vir a modificar alguns traços, alterando valores culturais significativos e orientadores de uma cultura particular.

Tal fato pode levar a uma descaracterização cultural no que se refere à identidade, fazendo com que um grupo social se assemelhe bastante, com o que antes era tido como estrangeiro. Neste caso, pode haver uma crise de identidade, com duas possíveis conseqüências: ou origina-se uma nova identidade, baseada na influência externa, ou o processo de (des)identificação não assume uma posição concreta, permanecendo em constante conflito, sem conseguir se identificar com nenhuma das duas culturas em questão.

Salienta-se que, ambos acarretam profundas mudanças na essência de uma cultura, modificando-a quanto aos seus aspectos mais importantes, responsáveis pela sua identificação.

Em contrapartida, de acordo com a segunda visão, o processo de globalização exalta a diferença, uma vez que o global não anula o local. O excesso de padronização e informação origina um movimento contrário, direcionando a busca pela origem, objetivando encontrar a essência cultural.

Há, portanto, uma revalorização da questão cultural, a qual assume importância frente ao “padrão global”. Na concepção de Hall (1997), a globalização e tudo mais que implica pode levar ao fortalecimento de identidades locais como reação defensiva dos grupos étnicos dominantes quanto à presença de outras culturas.

A identidade cultural configura-se, então, como fator essencial para a manutenção cultural, à medida que se afirma e é valorizada, tornando-se mais resistente as influências externas. A cultura é o contraponto da tendência à homogeneização, via diversidade étnica existente no globo.

Neste contexto, Woodward (2000, p. 21) refere-se a esses dois pontos de vista quando afirma que:

A homogeneização cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade.

Tal situação demonstra a existência de dinâmicas opostas. Por um lado, tendendo a homogeneização e, por outro, à diversificação cultural.

Portanto, para compreender a construção de identidades culturais, deve-se considerar todos os aspectos internos e externos, que permeiam a cultura. A identidade não é fixa e imutável, pois oferece reação às situações a que é submetida de formas diversas.

Sempre existirão “traços” marcantes responsáveis por distingui-la das demais identidades, alguns passíveis de transformações, outros não. A dinâmica global impõe muitos obstáculos à manutenção das identidades culturais na atualidade mediante padronização de um “estilo de vida”, ao mesmo tempo em que as mesmas encontram neste um fator de resistência e de auto-afirmação pelo viés cultural.

As formas pelas quais um povo se identifica lhe conferem legitimidade perante os demais, fazendo com que se apropriem de uma identidade que permita torná-los distintos e originais a partir de uma essência cultural comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modismos que cercam a concepção de cultura, na atualidade, tornam seu significado complexo. O uso pelo senso comum ampliou os horizontes culturais além dos limites do que realmente é cultural. Sua utilização de forma generalizada faz com que haja necessidade de se ver cultura em tudo. Há uma intensa reivindicação de identidades e de espaços para os grupos sociais em busca de reconhecimento, com ênfase para as minorias étnicas até então relegadas pela mídia, ou mesmo, os novos grupos ligados a apenas um código cultural, geralmente, a música ou a religião.

Entretanto, a cultura não se vincula a um só aspecto, pois sua concepção é mais ampla. Ela abarca a imaterialidade das ações humanas, tudo aquilo em que acreditamos e que guia nossas atitudes e sua concretização, via materialidade dos códigos culturais. A cultura é uma construção do homem, oriunda das relações sociais e com o espaço em que habita. E, revela as necessidades, exigências, técnicas, crenças e preferências dos grupos sociais.

A própria evolução do conceito de cultura demonstra a dinâmica do termo, tendo diversos significados atribuídos até o que se concebe atualmente como cultura. Vinculada, inicialmente, ao uso da terra, já apresentou “vários usos”, muitos dos quais são ainda hoje, utilizados como sinônimo de cultura, principalmente, pelo senso comum.

Sabe-se, porém, que ter conhecimento de determinado assunto, não necessariamente é ter cultura. Esse é o erro mais freqüente no que se refere à utilização do termo cultura atualmente, onde “tudo é cultural”, ou mesmo, falta de cultura. Quando, na verdade, é uma questão de uso da palavra pelo senso comum, ou seja, saber o que realmente é cultura.

Falar em cultura pressupõe falar na simbologia que a cerca. Todos os aspectos representativos que permeiam a esfera cultural em sua relação com o espaço são dotados de uma simbologia única. E, decodificar esses símbolos ou códigos significa entender como a cultura é. As manifestações culturais permitem a leitura dos códigos e sua transcrição é repleta de significados para o grupo social que os originou.

Como a cultura é dinâmica, feita pelos homens, geralmente acompanha as transformações sociais, como forma de se adequar à realidade. É nesse processo transformador que os códigos afirmam sua representatividade, permanecendo como balizadores culturais, ou sofrem as mudanças, caso necessário.

E é em virtude da dinâmica sócio-cultural que se evidenciam os processos de identificação como forma de autoafirmar-se diante da padronização dos costumes. A identidade cultural consiste, basicamente, na definição das principais características dos grupos sociais, ou seja, os códigos mais representativos da cultura. O contraste é o elemento essencial para a identificação, pois demonstra, na prática, a diferença entre dois grupos diferentes. A identidade passa a definir, então, o que é igual, quem pertence ao grupo. Mas, por consequência, vem acompanhada da diferença, numa relação de inclusão e exclusão.

A cultura, como essência, existe e é vivenciada pelos membros do grupo cotidianamente, enquanto a identidade é a afirmação, o reconhecimento das características distintas mais marcantes- os "valores culturais".

De modo geral, alguns procedimentos de identificação ocorrem naturalmente, pois taxavam-se os grupos por suas características, às vezes, no sentido pejorativo, quando há disputas ou mesmo desconhecimento da cultura alheia. No Rio Grande do Sul, os descendentes das antigas colônias alemãs e italianas conseguiram manter uma certa homogeneidade cultural no espaço, formando regiões culturais específicas e, criaram denominações para os que eram diferentes do seu grupo social. Desse modo, os alemães eram chamados de "alemão batata", os italianos de "gringos polenteiros" e mesmo o gaúcho, ainda é tido como "grosseiro", de modos rudes, principalmente, o tipo regional vinculado à Campanha Gaúcha.

Em outros casos, a identificação serve como forma de um reconhecimento mais complexo, com intuito de unificação, como a construção de identidades nacionais. Geralmente, o estado-nação guarda certo pluralismo em virtude dos processos de colonização, mas, mesmo assim, buscam uma característica central que una a diversidade, formando a unidade nacional. São códigos específicos, nem sempre os principais ou mais significativos para todas as etnias que compõem a Nação, mas servem para definir a identidade nacional.

Nesse contexto, a cultura vem acompanhada da simbologia que a representa, responsável pela sua identificação. São relações essenciais para a manutenção dos costumes e das crenças desenvolvidas pelo grupo social, para que possam se reconhecer e serem reconhecidos pelos demais grupos culturais.

REFERÊNCIAS

- CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1998. p. 92-123.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: Ed. da USC, 2002.
- HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.
- MARQUES, L. A. B. et al. **Rio Grande do Sul: aspectos do Folclore**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.
- ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 11-251.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identi-**

dade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

WAGNER, R. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 27-62.

BURCA. In: ESBOÇOS sobre moda, trajes típicos, Islã. 2006. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org/wiki/burca>>. Acesso em: 20 nov. 2006.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença:** A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

Recebido em maio de 2007

Revisado em setembro de 2007

Aceito em novembro de 2007